



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS



Processo nº 16327.900380/2009-88
Recurso nº Voluntário
Resolução nº 3301-001.524 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 25 de agosto de 2020
Assunto CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP
Recorrente UNIBANCO AIG SEGUROS S.A.
Interessado FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência para que a unidade de origem analise os documentos apresentados pela Recorrente. Em seguida, elabore relatório conclusivo e dê vista a Recorrente.

(assinado digitalmente)

Liziane Angelotti Meira – Relatora e Presidente-substituta

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Ari Vendramini, Marcelo Costa Marques D Oliveira, Marco Antonio Marinho Nunes, Salvador Candido Brandao Junior, Marcos Roberto da Silva (suplente convocado), Semiramis de Oliveira Duro, Breno do Carmo Moreira Vieira, Liziane Angelotti Meira (Presidente).

Relatório

Visando à elucidação do caso, adoto e cito o relatório do constante da decisão recorrida, Acórdão no. 1639.152-12ª Turma da DRJ/SP1 (fls 65/73):

Tratam os autos do PER/DCOMP nº 03791.38938.310505.1.3.047683, transmitido pelo interessado em 31/05/2005, através do qual declarou compensação no montante de R\$464.072,04 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, setenta e dois reais e quatro centavos), relativo a pagamento indevido ou a maior de contribuição de COFINS (Código de Receita 7987) do período de apuração 31/12/2003, recolhida em 15/01/2004, com débito próprio de IRPJ (Código de Receita 231901), referente ao período de apuração abril de 2005.

A DCOMP foi analisada de forma eletrônica pelo sistema de processamento de dados da Receita Federal do Brasil – RFB, que emitiu em 18/02/2009 o Despacho Decisório (Nº de Rastreamento) 821112154, assinado pelo titular da unidade de jurisdição do contribuinte.

De acordo com o Despacho Decisório, a compensação não foi homologada, uma vez que embora localizado o pagamento do DARF indicado no PER/DCOMP, os créditos foram integralmente utilizados para quitação de débitos do Contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

Fl. 2 da Resolução n.º 3301-001.524 - 3ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 16327.900380/2009-88

Cientificado do Despacho Decisório em 03/03/2009, o contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade tempestiva, alegando que a decisão não merece Documento nato-digital Processo 16327.900380/200988 Acórdão n.º **1639.152 DRJ/SP1** Fls. 3 3 prosperar, requerendo a necessidade de reforma do *decisum* proferido para reconhecer o direito creditório e, via de consequência, homologarse a compensação declarada.

A Manifestante acrescenta, em síntese, que:

Do direito. Da efetiva presença da liquidez e certeza do direito creditório integralmente invocado.

- amparada pelo artigo 3º, § 5º, II, da Lei 9.718/98 e art. 28, IV, da IN/SRF nº 247/02, a Manifestante alega que apresentou o presente pleito compensatório com base nos referidos dispositivos legais, eis que se referia a deduções relativas às indenizações com sinistros ocorridos, que por lapso deixou de constar na apuração de contribuição, o que lhe implicou num pagamento a maior no correspondente período de apuração;

- a divergência existente entre, o PER/DCOMP em que se informou o indébito, e a DCTF em que se informou a apuração e pagamento da contribuição em testilha, decorreu de mero erro formal perpetrado pelo ora Manifestante;

- na medida em que, quando identificou que no período de apuração em voga havia deixado de deduzir da base de contribuição os valores relativos a despesas com indenização de sinistros ocorridos, olvidou-se de retificar a DCTF da competência para informar que o débito apurado seria o antes informado, líquido das deduções ventiladas, assim como que o DARF recolhido alocaria ao débito a exata proporção do valor apurado retificado;

- o Manifestante incorretamente apurou e recolheu a monta de R\$ 706.521,63, quando o correto, conforme deduções noticiadas e permitidas seria o valor de R\$ 643.412,33, importando-lhe, portanto, o indébito passível de restituição/compensação no importe de R\$ 63.109,30;

- o Despacho Decisório atacado é manifesto fruto de erro de fato constante na DCTF de fls., eis que foi o próprio Manifestante quem deixou de retificar uma informação imperiosa para que os sistemas da Receita Federal do Brasil pudessem cruzar a origem do indébito noticiado, de forma que, uma vez corrigido tal lapso, mesmo que de ofício, resta evidente que a glosa em questão não pode subsistir, frente ao que determinam os primados norteadores da atividade administrativa, em especial, *in casu*, o da Verdade Material. Cita ementas dos Conselhos de Contribuintes;

- pelo mero equívoco de ordem formal não pode o Manifestante ter o seu direito creditório tolhido pela r. autoridade fiscal, pelo que deve o *decisum* recorrido ser reformado neste tocante;

- por outro lado, ainda que se cogite não homologar a compensação noticiada, destaque-se que as deduções que deram origem ao indébito se referem a despesas diretamente relacionadas às indenizações efetivamente pagas aos segurados do Manifestante, em decorrência de sinistros abarcados das competentes apólices de seguro e cujo risco foi assumido pelo Manifestante;

- o lúdimo direito de qualquer contribuinte ao imediato ressarcimento daquilo que recolheu indevidamente ou a maior, seja pela via da compensação, seja pela via da restituição do indébito, encontra ancoros na Carta Magna, mormente no direito de propriedade (art. 5º, XXII) e do devido processo legal (art. 5º, LIV), como nos primados da legalidade (art. 150, I) e da Moralidade Administrativa (art. 37, *caput*), bem como no art. 165, I, do Código Tributário Nacional – CTN. Transcreve palavras de Hugo de Brito Machado e Paulo de Barros Carvalho, para subsidiar suas alegações;

Do Pedido

Diante de todo o exposto, requer:

o acatamento das razões aqui lançadas com a correspondente declaração de insubsistência do Despacho Decisório atacado;

Fl. 3 da Resolução n.º 3301-001.524 - 3ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 16327.900380/2009-88

seja declarado o cancelamento da cobrança noticiada ao Manifestante;
o reconhecimento integral do direito creditório pleiteado com a consequente homologação integral da compensação levada a efeito.

A Receita Federal do Brasil de Julgamento julgou a manifestação de inconformidade improcedente, com a seguinte ementa:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL COFINS

Data do fato gerador: 15/01/2004

Ementa:

DCTF. ERRO NO PREENCHIMENTO. VALORES CORRETOS. COMPROVAÇÃO.

Consideram-se confissões de dívida os débitos declarados em DCTF, motivo pelo qual qualquer alegação de erro no seu preenchimento deve ser comprovada mediante documentos contábeis e fiscais que justifiquem as alterações realizadas no cálculo dos tributos devidos.

ÔNUS DA PROVA.

Compete ao interessado o ônus da prova a respeito de suposto crédito perante a Fazenda Pública.

LANÇAMENTOS. LIVROS. PROVA. DOCUMENTOS.

Os lançamentos contidos nos livros contábeis e fiscais fazem prova a favor do interessado desde que amparados em documentos idôneos.

Não apresentada a escrituração contábil/fiscal, nem outra documentação hábil e suficiente, que justifique a alteração dos valores registrados em DCTF, mantém-se a decisão proferida, sem o reconhecimento de direito creditório, com a consequente não homologação das compensações pleiteadas.

OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA VERDADE MATERIAL E DA MORALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO.

É válido o lançamento que atende aos princípios da legalidade, da verdade material e da moralidade do ato administrativo, de acordo com as regras e normas estabelecidas para o caso concreto.

Manifestação de Inconformidade Improcedente Direito Creditório Não Reconhecido

Foi apresentado Recurso Voluntário (fls. 100/104 e seguintes), no qual a Recorrente repisa os argumentos expendidos na manifestação de inconformidade.

É o relatório.

Voto

Conselheira Liziane Angelotti Meira

O Recurso Voluntário é tempestivo e deve ser conhecido.

A Recorrente alegou que cometera um equívoco formal, ao não deduzir da base de cálculo da Cofins devida à época os valores relativos às despesas com indenização de sinistros. Afirma que deixou, por um lapso, de retificar a DCTF pertinente. Assim, teria apurado e recolhido de forma equivocada a maior, em razão de não realizar as deduções relativas aos sinistros previstas pela legislação vigente à época dos fatos (art. 3º, § 5º, II da Lei nº 9.718/98 e art. 28, IV da IN/SRF nº 247/02).

Fl. 4 da Resolução n.º 3301-001.524 - 3ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo nº 16327.900380/2009-88

Respaldando-se no artigo 165 do Código Tributário Nacional e no princípio da verdade material, a Recorrente pugna por seu direito à restituição do indébito tributário.

A Recorrente apresentou esclarecimentos e também documentos, a saber: DIPJ-Ficha 26B, Base alterada com despesa DPVAT e sinistros, Balancete de Verificação Analítico Sintética, Balanço Patrimonial, Balancete Patrimonial e alguns documentos pouco nítidos às fls. 175/178).

A Recorrente também prestou esclarecimentos sobre as informações juntadas.

Considerando a documentação e os documentos apresentados pela Recorrente, ainda que tardiamente, e também os esclarecimentos, propõe-se diligência para a unidade analisar os documentos apresentados.

Conclusão

Diante do exposto, propõe-se a conversão do julgamento em diligência para que a unidade de origem analise os documentos apresentados pela Recorrente. Em seguida, elabore relatório conclusivo e dê vista a Recorrente.

(assinado digitalmente)

Liziane Angelotti Meira